

álvaro  
pereira

## Política de governadores

Está de volta a política dos governadores. Reunidos em São Paulo na última quarta-feira, os governadores de Minas, Rio, São Paulo e Mato Grosso do Sul decidiram manifestar, de maneira inusitada, seu apoio ao governo e ao presidente Sarney: eles pediram ao presidente que promova a reforma urgente do ministério e assumia efetivamente o comando da política econômica, hoje sob a orientação do ministro Dilson Funaro. O governador de São Paulo, Orestes Quéricia, ainda avançaria mais do que seus companheiros do Rio e de Minas, chegando a citar os ministros Dilson Funaro e Aureliano Chaves entre as peças que deveriam ser deslocadas durante a reforma ministerial, de forma a dar maior unidade e coerência às ações do governo.

A primeira vista, parecia uma exorbitância dos governadores dos três estados mais poderosos do país. Afinal, o ato de nomear ou demitir ministros é uma prerrogativa inalienável do presidente da República, nos regimes presidencialistas, da mesma forma que o ato de nomear e demitir secretários de Estado é uma função que deve ser exercida pelos governadores. Soava igualmente estranho o apelo para que o presidente Sarney assumisse efetivamente o comando da política econômica, pois era de se supor que o presidente já o estivesse exercendo. Ao sugerir o contrário, os governadores estariam sendo solidários com o presidente?

Alguns fatos ocorridos ao longo da semana revelariam, no entanto, que o Palácio do Planalto tinha conhecimento prévio da reunião. Na segunda-feira, um assessor muito próximo do presidente Sarney se encontrou, no Rio, com o governador de Minas, Newton Cardoso, e passou-lhe a informação de que o governo desejava uma reforma ampla e urgente do Ministério. Quatro dias depois, na sexta-feira, o mesmo governador Newton Cardoso saiu «ultante de um almoço, em Brasília, com o presidente Sarney: o governador ficara com a impressão de que o presidente gostava de reuniões como a de São Paulo, e até as estimulava, por razões óbvias.

Em primeiro lugar, porque toda a movimentação dos governadores tinha, como objetivo principal, garantir-lhe um apoio político sólido e confiável no Congresso e na Constituinte — e o presidente se ressentia desse apoio, que lhe é negado sistematicamente pelos partidos políticos. Os governadores do PMDB, que exercem forte influência sobre as suas bancadas, pensam em formar um novo pólo de poder na Constituinte, contrapondo-se ao poder formal representado pela cúpula do partido. Seria uma forma de desestimular as decisões programáticas e partidárias durante a discussão e votação do novo texto constitucional.

Além disso, o apelo dramático em favor de uma reforma ministerial urgente poderá contribuir para acelerar um processo de mudanças que está nos planos do próprio presidente Sarney. Ele também está empenhado em promover mudanças profundas no Ministério, mas esbarra, de um lado, na resistência de ministros que não querem deixar o governo, e de outro, na oposição do PMDB a qualquer mudança que possa alterar os rumos da política econômica. O ministro Funaro seria sustentado, a essa altura, apenas pela cúpula peemedebista, e mais especificamente pelo deputado Ulysses Guimarães. Os governadores reunidos em São Paulo demonstraram, claramente, que querem vê-lo pelas costas.

Estimuladas pelo Palácio, novas e importantes reuniões já estão sendo programadas. A próxima será no dia 21 de abril, em Belo Horizonte, e deverá contar com a presença do governador do Espírito Santo, Max Mauro. Para outras reuniões, que se realizarão periodicamente, serão convidados os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Pará, Hélio Gueiros. Os governadores de Minas, Rio e São Paulo querem dar uma dimensão nacional ao movimento, e por isso os convites deverão se estender no futuro a todos os governadores do PMDB. Ninguém será excluído, a menos que se exclua — esse parece ser o lema do movimento.

É de se prever, para os próximos meses, um confronto sério entre os pragmáticos governadores e os programáticos líderes peemedebistas. A simples demissão do ministro Funaro não seria ainda um fator maior de perturbação; porém, a escolha do nome que irá sucedê-lo poderá dividir ao meio o PMDB. Com efeito, pragmáticos e programáticos deverão se confrontar, mais uma vez, quando a Constituinte começar a discutir temas políticos explosivos, como a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e a duração do mandato do presidente da República. Agindo preventivamente, os governadores considerados mais ideológicos — Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul — já preparam um movimento contrário, de apoio e solidariedade à linha programática seguida pelo deputado Ulysses Guimarães.

### Périplo

Enquanto aguarda a reforma do Ministério, ponto de partida para a reforma do seu secretariado, o governador José Aparecido inicia no dia 1º de maio uma viagem de 26 dias ao exterior. Em companhia do secretário do Governo, José Carlos Melo, ele vai percorrer cinco países (França, URSS, Itália, EUA e México) em contato com representantes do meio financeiro-empresarial. O objetivo é obter recursos para o financiamento de obras públicas.

### Frase

Do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, a respeito do ministro Dilson Funaro: «Ele precisa conversar menos com Deus e mais com os homens».

# PMDB do Paraná consulta bases sobre o mandato

O Diretório Regional do PMDB do Paraná realiza hoje um plebiscito em todo o estado para saber o posicionamento das bases peemedebistas quanto à duração do mandato do presidente Sarney. O presidente do diretório, deputado Maurício Fruet, prevê que nessa consulta se manifestarão cerca de 14 mil filiados ao PMDB, em 311 municípios paranaenses.

O resultado do plebiscito, segundo prevê Fruet, deverá ser conhecido até a próxima terça-feira porque a apuração será feita por computador. O formulário elaborado para o plebiscito indica, para a opção dos peemedebistas, quatro datas para o encerramento do mandato do presidente Sarney: 1988, 89 e 90, mas há um espaço em aberto para a indicação de outras alternativas.

Pessoalmente, Maurício Fruet é partidário da realização das eleições presidenciais no próximo ano, acreditando que essa é a tendência de grande parcela do partido.

A ideia da realização de plebiscitos sobre o mandato do presidente foi apresentada à Executiva Nacional do PMDB, mês passado, pelo ministro da Reforma Agrária, Dante de

Oliveira. Em declarações ao *Jornal de Brasília*, ele disse esperar que essa ideia seja posta em prática em todo o país e que em vários estados há dirigentes peemedebistas interessados em promover a consulta.

O governador da Bahia, Waldir Pires, afirma que "se fosse Constituinte", votaria por um mandato de cinco anos, de acordo com a tradição republicana brasileira. Apesar desse entendimento pessoal, o governador baiano acha que o tempo de permanência de Sarney na presidência vai depender dos desdobramentos do processo político. Ele reconhece que a crise econômica pode gerar uma instabilidade institucional, desaconselhado, por isso, qualquer tentativa de desestabilização do presidente Sarney, por parte dos peemedebistas.

Se nas bases do partido ainda é forte a tendência pelos quatro anos, a opção pelos cinco anos fortaleceu-se entre figuras mais vinculadas à cúpula do PMDB depois que seu presidente, Ulysses Guimarães, manifestou-se a favor desse período, há dois meses. Até o líder Mário Covas, que defendia os quatro anos, passou a admitir os cinco.

## Debate envolve 311 municípios

Curitiba — A consulta aos 14 mil membros dos diretórios municipais do PMDB do Paraná sobre a duração do mandato presidencial, convocada para hoje pelo presidente regional do partido, deputado federal Maurício Fruet, poderá iniciar um grande debate político nos 311 municípios do estado.

O exemplo foi dado pelos militantes do PMDB de Ipiranga, um pequeno município com pouco mais de 10 mil habitantes, a 180 quilômetros de Curitiba, onde a votação foi antecipada para sexta-feira. Além de aprovar, quase por unanimidade, uma duração de 4 anos para o mandato presidencial, os militantes do PMDB também votaram por eleições diretas já.

Em Curitiba, a votação será realizada pela manhã, na sede do diretório regional do partido — onde votará o governador Álvaro Dias e o prefeito Roberto Requião — e em duas sedes de zonas do PMDB, localizadas em diferentes bairros da cidade. Os eleitores — da capital e do interior — receberam antecipadamente o

modelo da cédula de votação e poderão escolher entre três opções: fixar a duração do mandato presidencial em 4, 5 ou 6 anos. O militante do partido também poderá opinar especificamente sobre a duração do mandato do presidente Sarney, e ainda terá um espaço em branco, na cédula, para sugestões.

A votação será encerrada às 11 horas da manhã, em todo o estado, e o diretório regional espera ter todos os resultados já no início da semana. A posição dos militantes do PMDB do Paraná — representada pelos membros dos diretórios municipais do partido — será encaminhada também, durante a semana, ao diretório nacional. Em muitos dos municípios, a consulta transformou-se numa verdadeira convenção partidária que está estimulando a discussão política, e a direção regional do partido pretende adotar a mesma fórmula para definir a posição do PMDB do Paraná sobre outros temas, como por exemplo o sistema de governo a ser adotado na nova Constituição.

## Cresce tese de seis anos com parlamento

Andréi Meireles

No Planalto e na Constituinte, a avaliação predominante é de que a crise no país é basicamente política, vinculada diretamente à duração do mandato e à sucessão do presidente José Sarney. No PMDB cresce uma tese de conciliação entre os principais interesses envolvidos através de uma fórmula que atenda parcialmente a todos eles. Trata-se da fixação do atual mandato presidencial em seis anos, com a adoção do parlamentarismo a partir de 1988. Entre os defensores desta fórmula está o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral.

Politicamente, na avaliação do deputado Ibsen Pinheiro (vice-líder do PMDB), essa fórmula satisfaria integralmente a governadores como Orestes Quéricia que tem pretensões de chegar ao Planalto, ao presidente Sarney que teria seu mandato de seis anos integralmente preservado, e ao próprio deputado Ulysses Guimarães, tido como o provável primeiro-ministro a partir do início do ano que vem.

O relator da subcomissão que vai tratar do mandato presidencial, senador José Fogaça, pessoalmente favorável a eleições presidenciais em 88, não descarta essa alternativa já chamada de «parlamentarismo com Sarney», desde que ela resulte de um grande entendimento político.

Ulysses Guimarães ainda não está convencido de que esta seja a melhor solução, mas está atento ao fato de que expressiva maioria da Constituinte é favorável ao regime parlamentarista. E não a exclui no exame que faz para tentar reverter o seu acen-

tuado enfraquecimento na acirrada luta interna pelo comando do PMDB.

A preocupação imediata de Ulysses é de pelo menos conter as investidas dos governadores dos três principais estados brasileiros — Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais — sob o comando de Orestes Quéricia. Na semana passada eles desafiaram ostensivamente a Executiva Nacional do partido, dominada por Ulysses, tentando firmar um novo pólo de comando no PMDB.

### Situação nova

Na própria Constituinte, e que se instalou tendo Ulysses como peça central, especialmente depois de se eleger seu presidente, acumulando o cargo com as presidências da Câmara e do PMDB, a situação mudou bastante. Ulysses pretendia distribuir os cargos-chaves entre correligionários de sua confiança, mas a eleição do senador Mário Covas para a liderança do partido frustrou seus planos. Covas, com seguidas vitórias, impôs-se como o principal comandante do PMDB na Constituinte.

Acuado, Ulysses tenta equilibrar o jogo na reunião da Executiva Nacional no próximo dia 21, quando entrará em pauta a discussão do mandato de Sarney e o próprio relacionamento do PMDB com o governo. Como a Executiva vem sendo questionada pelas lideranças emergentes de Covas e Quéricia, Ulysses está sendo aconselhado a jogar uma cartada decisiva: convocar a Convenção Nacional do partido. Até o momento não se empolgou com a sugestão devido a seus riscos: a Convenção tanto pode fortalecer novamente Ulysses quanto proporcionar a seus adversários a oportunidade de derrotá-lo definitivamente.



Quéricia nega pressões mas diz que "o povo deve pressionar"

## Quéricia reafirma que quer mudar ministros

Ribeirão Preto — O governador Orestes Quéricia afirmou ontem em São Joaquim da Barra, região de Ribeirão Preto, que a posição dos governadores reunidos em São Paulo foi por uma «intervenção muito firme e rigorosa» do governo federal por uma diretriz na política econômica. Garantiu que não houve pressão contra nenhum ministro, «só a imprensa publicou isso». Ressaltou, no entanto, que «no quadro atual, qualquer cidadão do povo sabe que o ideal é a modificação do ministério».

Essa exigência não será feita junto ao presidente Sarney, assegurou Quéricia, pois é dele a conveniência de fazer ou não a reforma ministerial. Admitiu inclusive que o balizamento para a economia, «que precisa ser feito urgentemente, para evitar recessão, desemprego e insegurança», pode ocorrer sem a mudança de ministros. «Basta estabelecer alguns critérios e determinar que sejam cumpridos».

O governador foi a São Joaquim da Barra assinar o edital de concorrência para duplicação dos últimos 60 quilômetros da Via Anhanguera e, durante a cerimônia, num discurso inflamado, rebateu as objeções quanto a um «comportamento agressivo», após a reunião dos governadores. «O meu jeito de falar é esse mesmo e vai ser assim como governador de São Paulo. Não tenho outro jeito. Se o povo quisesse algum jeito, teria escolhido outro governador», disse acrescentando: «A linguagem tem que ser esta, pau é pau, pedra é pedra».

Arquivo

Pressões  
Quéricia acha que, como governador de São Paulo, não pode «faltar à responsabilidade» de pressionar a esfera federal. Diz que as pressões são democráticas e conclamou «todo o povo a pressionar, quantas vezes quiser». O seu discurso foi encerrado com a «renovação de confiança no presidente Sarney que, coerente com as responsabilidades que assumiu, vai dar a volta por cima desses problemas e encontrar uma solução boa, com o nosso apoio».

Depois, em entrevista, o governador disse não acreditar nas notícias de que Sarney adiou importantes decisões, inclusive a reforma do ministério, só para não ceder à pressão dos quatro governadores. «Conheço bem o presidente e sei que ele jamais adotaria uma posição baseada num argumento desses».

Quéricia tornou a garantir que «a pressão legítima não é contra este ou aquele ministro, como muita gente pensa». Indagado se teria um candidato a ministro da Fazenda, disse que «não tenho e nem indicaria». Assegurou ainda que «não tenho ambição de ser presidente». Sobre a definição de «trapalhoso» dada por assessores do Palácio do Planalto aos quatro governadores, respondeu simplesmente: «Não sou trapalhoso». E quanto à nova reunião, marcada para o dia 21, em Ouro Preto (MG), afirmou que «fui convidado para receber uma comenda e estarei lá».

Arquivo



Moreira: o debate é democrático

## Moreira vai repetir tudo para Presidente

Rio — O governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, não tem qualquer intenção de questionar a autoridade do presidente José Sarney e, por isso, durante a audiência que manterá com o presidente, na próxima quarta-feira, em Brasília, não se furtará a repetir as mesmas afirmações que fez durante a reunião dos governadores realizada em São Paulo.

Segundo assessores do governador fluminense, mesmo diante da repercussão negativa do encontro de São Paulo, Moreira Franco continua acreditando que «os governadores, como qualquer cidadão, têm o direito de discutir a reforma ministerial. O assunto debatido por cada brasileiro, em cada esquina do país, é a maneira mais correta de levar o povo a participar de debate democrático».

Insistindo em que somente a adoção de uma política econômica mais definida poderá trazer tranquilidade, não apenas ao trabalhador brasileiro, mas também aos investidores, Moreira Franco não aceita as críticas feitas pelas lideranças de seu partido. Para ele, os governadores do Rio, São Paulo, Minas e Mato Grosso do Sul se manifestaram como militantes do PMDB que representam milhões de votos conquistados nas últimas eleições. «Nos reunimos como homens públicos, não para avançar além de nossas responsabilidades, mas sim para externar os nossos pontos de vista».



Newton não pôde pedir cargos

## Newton não gostou da conversa com Sarney

Em sua última audiência com o presidente Sarney, sexta-feira, o governador de Minas, Newton Cardoso, não teve condições de lhe formular o pedido de mais um ministério, do Desenvolvimento Urbano, acrescido da Caixa Econômica Federal, como era sua intenção anunciada a parlamentares do PMDB do estado.

«A conversa não foi nada boa», disse ele, chegando a Belo Horizonte, depois de haver cancelado entrevista que concederia à imprensa de Brasília, logo após almoçar com o chefe do governo, no Palácio da Alvorada.

Cardoso queixou-se a parlamentares amigos de que, durante o encontro, Sarney se limitou a falar de amenidades, não lhe dando qualquer oportunidade para falar em ministério e mesmo em problemas administrativos.

Outros políticos que têm mantido contatos com o presidente José Sarney, têm ouvido dele queixas quanto à maneira como o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, tem conduzido o seu pleito de mais um ministério para o estado, mais precisamente, o de Indústria e Comércio para o deputado Ralph Biasi:

«O Quéricia parece que desaprendeu a fazer política», comentou Sarney.

Este teria sido o comentário do chefe do governo ao ouvir Quéricia, na tevê, anunciar que seu candidato ao posto era Biasi, com o que o expôs, desnecessariamente a pressões, críticas e vetos.